

21.01.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Nacional de Professores (Paula Figueiras Carqueja, Presidente da Direção Nacional, Armindo Cancelinha, Vice-Presidente da Direção Nacional, Manuel Oliveira, Vice-Presidente da Direção Nacional, e Maria Isabel Carrasco, Vogal da Direção Nacional)

Recebidos por: Deputadas Maria Germana Rocha (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e Ana Rita Bessa (CDS-PP)

Assunto: Propostas da Associação no campo da educação

Exposição: A Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD), que presidiu à reunião, cumprimentou os elementos da delegação, indicou-lhes a grelha de tempos e passou depois a palavra à Presidente da Direção Nacional da Associação Nacional de Professores (ANP), que começou por agradecer a concessão da audiência e sublinhar que a ANP, fundada em 1985, era uma organização profissional, não sindical e sem fins lucrativos, de docentes de todos os níveis e graus de educação e ensino (educação pré-escolar, ensinos básico, secundário e superior), em exercício no sector público ou no sector privado, estando implantada em todo o território nacional através de secções regionais, para apoio aos docentes. Sendo uma organização de docentes e para docentes, tem preocupações eminentemente educacionais, profissionais e sociais.

Ao longo da sua intervenção fez o levantamento de todas as preocupações da ANP e dos problemas existentes, cuja síntese pode ser consultada na [página da Comissão](#).

Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) que pediu à ANP para clarificar alguns aspetos mencionados nos documentos entregues mas relativamente aos quais gostaria de obter alguns esclarecimentos e que têm a ver com o número de professores que a Associação representa e a incidência que tem em termos de grupos disciplinares; a homogeneização do horário de trabalho proposta para a monodocência e pluridocência; a definição da componente letiva *versus* componente não letiva; a aposentação dos docentes com 36 anos de serviço efetivo e completo à monodocência e pluridocência; o fim da BCE e a proposta de uma lista graduada e de tempo de serviço.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) começou por sublinhar que as preocupações transmitidas pela Associação são transversais a todos os Grupos Parlamentares e que todos bem conhecem o desgaste e a especificidade do exercício da profissão docente, a situação que o nosso país vive em termos sociais, o papel que a escola desempenha, que é muito mais do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

que um espaço de ensino/aprendizagem, e a ansiedade crescente existente em todos os atores do sistema educativo (alunos, pais, professores e comunidade educativa no seu todo). E daí dar enfoque ao trabalho de excepcional importância desenvolvido pela Associação.

Quanto à municipalização da educação, as experiências-piloto em curso já dão uma visão daquilo que se pretende. Perguntou aos representantes da Associação se os órgãos representativos dos professores no contexto escolar foram ouvidos e quais as falhas a apontar àquilo que já se conhece deste processo, que, para o Grupo Parlamentar do PS, pode provocar uma mudança imensa na estrutura de toda a escola e do sistema educativo.

No final, os membros da delegação complementaram a intervenção inicial, responderam às questões colocadas e agradeceram a disponibilidade da Comissão para os receber em audiência

Antes de encerrar os trabalhos, a Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) informou os representantes da Associação que tal a relevância da matéria relativa à municipalização da educação que, no âmbito da Comissão de Educação e Ciência, tinha sido criado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação para acompanhar toda essa matéria.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na página da Comissão.

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2016

A assessora

Maria Mesquitela